

PROCESSO: 6.944/2025

A Divisão de Licitação, através da Agente de Contratação/Pregoeira, encaminhou impugnação ao edital de licitação de CONCORRÊNCIA PÚBLICA n. 2/2025, cujo objeto é a construção de nova creche no bairro de Boa Vista, pela empresa **POSTO MARIA CUMPRIDA LTDA**, com estabelecimento na Estrada Bernado Coutinho, 1300, Araras, Petrópolis – RJ, conforme requerimento anexado no evento #1.

Inicialmente, cabe asseverar que a impugnação não preenche os requisitos legais constantes do art. 12, II da Lei Municipal n. 1.543/20210, quanto a identificação do interessado. Se tratando de pessoa jurídica, a mesma deveria estar devidamente representada pelo seu sócio administrador, nos termos do art. 1.060 do C.C.

DA PRELIMINAR DE INCAPACIDADE EMPRESARIAL PARA POSTULAR DA REPERTIÇÃO PÚBLICA:

Não constam do evento # os atos constitutivos da empresa e de seu representante legal, que demonstre que o mesmo tem poderes para postular em nome da empresa.

O art. 12, II da Lei Municipal n. 1.543/2010 dispõe que o requerimento inicial à Administração Municipal deve conter a identificação do interessado e ou de quem o represente.

Além disso, em consulta ao CNPJ da empresa impugnante, tem-se que:



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ



MINISTÉRIO DA FAZENDA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CERTIDÃO DE BAIXA DE INSCRIÇÃO NO CNPJ

NÚMERO DO CNPJ
 01.871.891/0001-14

DATA DA BAIXA
 23/01/2025

DADOS DO CONTRIBUINTE

NOME EMPRESARIAL POSTO MARIA CUMPRIDA LTDA	
--	--

ENDEREÇO

LOGRADOURO ROD BR 040		NÚMERO S/N
COMPLEMENTO *****	BAIRRO OU DISTRITO HERMOGENIO SILVA	CEP 25.803-050
MUNICÍPIO TRES RIOS	UF RJ	TELEFONE (22) 3199-1567

MOTIVO DE BAIXA

Extinção Por Encerramento Liquidação Voluntária

Certifico a baixa da inscrição no CNPJ acima identificada, ressalvado aos órgãos convenientes o direito de cobrar quaisquer créditos tributários posteriormente apurados.

Emitida para os efeitos da Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitida às 14:18:24, horário de Brasília, do dia 22/05/2025 via Internet

UNIDADE CADASTRADORA: 0710306 - TRÊS RIOS

- A baixa da inscrição não implica em atestado de inexistência de débitos tributários do contribuinte e não exime a responsabilidade tributária dos seus titulares, sócios e administradores de débitos porventura existentes.
- Para verificar a existência de débitos, efetue "Pesquisa de Situação Fiscal" do CNPJ, na página da Receita Federal do Brasil, pelo endereço: <http://www.receita.fazenda.gov.br>

A certidão de baixa de uma empresa indica que a mesma foi encerrada, dessa forma, perdeu a personalidade jurídica, não tendo, assim, capacidade para postular e, especialmente, impugnar o edital de licitação.

A impugnação de edital de licitação permite que interessados contestem aspectos do edital, questionando sua legalidade, clareza, etc.

Entretanto, a ilegitimidade, nesse contexto, refere-se à falta de personalidade jurídica da empresa baixada para ofertar a impugnação.

Eis o que dispõe o art. 164 da Lei 14.133/2021:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para

solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Note-se que se trata de Pessoa Jurídica empresarial com ausência personalidade jurídica e de capacidade para postular em órgãos públicos, uma vez que a empresa deve estar cadastrada. Portanto, a baixa da sociedade empresária equivale à sua extinção, já que ela perde a personalidade jurídica e conseqüentemente a capacidade processual e ativa para impugnar.

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA - EMPRESA BAIXADA - AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA - ILEGITIMIDADE ATIVA - EXTINÇÃO DO FEITO - MEDIDA QUE SE IMPÕE. - A empresa baixada antes do ajuizamento da demanda não possui capacidade para figurar no polo ativo da lide, haja vista a ausência de personalidade jurídica, o que impõe a extinção do feito, sem resolução do mérito, com base no art. 485, VI, do CPC/2015. (TJ-MG - AI: 10000212220032001 MG, Relator.: José Eustáquio Lucas Pereira, Data de Julgamento: 22/06/2022, Câmaras Especializadas Cíveis / 21ª Câmara Cível Especializada, Data de Publicação: 24/06/2022)

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. INVIABILIDADE. A baixa da sociedade empresária equivale à sua extinção, já que ela perde a personalidade jurídica e conseqüentemente a capacidade processual para responder em juízo. Logo, não há falar em desconconsideração da personalidade jurídica em face de empresa baixada, mas apenas na sucessão processual, através da qual os sócios poderiam vir a ser chamados a responder pelos débitos da empresa. (TRT-3 - AP: 00107995120205030145, Relator.: Danilo Siqueira de C.Faria, Terceira Turma)

Nos termos do art. 1.060 do Código Civil, "a sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em



ato separado”, e por se tratar a impugnante de sociedade limitada, entendo que resta prejudicada a análise de mérito, por ausência de personalidade jurídica e capacidade civil, uma vez que não constam os atos constitutivos, além de não demonstrar quem é o representante legal, devendo a impugnação ser indeferida de plano.

Contudo, cabe ressaltar que foram respondidas as supostas irregularidades apontadas pela impugnante, conforme resposta pela Setor Técnico de Engenharia anexada no evento #3 dos presentes autos:

QUESTIONAMENTO:

- 1. Exigência de atestado de capacidade técnica para escavação mecânica sem previsão orçamentária correspondente.***
- 2. Ausência de serviços de terraplenagem e compactação técnica no orçamento.***
- 3. Falta de previsão de engenheiro civil para acompanhamento técnico diário.***
- 4. Obrigatoriedade de aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros sem previsão no projeto ou orçamento.***
- 6. Divergência sobre a validade da certidão de registro profissional da pessoa jurídica.***
- 7. Ausência de licença ambiental ou declaração de dispensa.***

RESPOSTA

- 1. Considerando que a presente obra adotará um sistema de fundação que terá suporte de estruturas através de estacas, estas fundações serão ancoradas em estacas que terão sua escavação mecanizada através de equipamento rotativos, portanto, de suma importância se faz a capacitação técnica com aptidão para os serviços mecanizados para fator de relevância da obra.***
- 2. Os serviços de terraplanagem já executados pela Prefeitura Municipal, adequam o pátio totalmente nivelado ao lado da escola Professora Maria Emília Esteves, como na vistoria técnica observado por aqueles que o fizeram. Em complementação as escavações manuais necessárias ao evento***



estão devidamente contempladas no orçamento apresentado através dos itens específicos e nas composições analíticas dos itens que as requerem.

3. O objeto a ser contratado prevê em seu orçamento custos para responsabilização técnica e execução por engenheiro/arquiteto. Veja que nos itens 1.8 em específico, e em demais itens em suas composições analíticas nestes itens estão inseridos (custos das horas) para ressarcimento de engenheiro.

4. O projeto de incêndio foi disponibilizado pelo FNDE, e apresentado no edital de licitação. A fim de viabilização financeira os custos de aprovação junto ao corpo de bombeiro do estado CBMERJ, serão absorvidos pelo próprio município no decorrer da obra.

6. A licitante deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com validade e vigência no ato do certame como preconiza a lei.

7. A licença ambiental encontra-se devidamente já inserida no processo de licitação com número LP nº 001/2025 disponibilizada para esclarecimentos.

Além disso, cabe mencionar a resposta da Divisão de Contabilidade no evento #7:

Segue em anexo pronunciamento técnico em conjunto com a Secretaria de Controle Interno sobre resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento apresentados por meio da plataforma BLL Compras, referentes à Concorrência nº 02/2025, cujo objeto é a construção de creche no bairro Boa Vista, no Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ.

E, no anexo ao evento #7:

Atendendo à solicitação da Agente de Contratação/Pregoeira, com o apoio da Secretaria de Controle Interno, este Departamento de Contabilidade manifesta-se tecnicamente para subsidiar resposta à impugnação e ao pedido de esclarecimento apresentados por meio da plataforma BLL Compras, referentes à Concorrência nº 02/2025, cujo objeto é a construção de creche no bairro Boa Vista, no Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ.



1. Sobre a caracterização de cessão de mão de obra Nos termos do art. 108 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, configura-se cessão de mão de obra quando há colocação de trabalhadores à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, para execução de serviços contínuos, independentemente de estarem ou não relacionados à sua atividade-fim.

Art. 108. Cessão de mão de obra é a colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos, relacionados ou não com sua atividade fim, quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação, inclusive por meio de trabalho temporário na forma da Lei nº 6.019, de 1974.

(...)

§1º Entende-se por:

I – dependências de terceiros: aquelas indicadas pela empresa contratante, que não sejam as suas próprias e que não pertençam à empresa prestadora dos serviços;

II – serviços contínuos: aqueles que constituem necessidade permanente da contratante, que se repetem periódica ou sistematicamente, ligados ou não à sua atividade fim, ainda que sua execução seja realizada de forma intermitente ou por diferentes trabalhadores;

III – colocação à disposição da contratante: a cessão do trabalhador, em caráter não eventual, respeitados os limites do contrato.

§2º A caracterização da cessão de mão de obra independe da existência de poder de gerência ou direção do tomador do serviço sobre os trabalhadores colocados à sua disposição.

De acordo com a norma, a cessão de mão de obra caracteriza-se, em especial, pela presença simultânea dos seguintes elementos:

a) Colocação à disposição de trabalhadores:

Os empregados da empresa contratada são disponibilizados à contratante de forma não eventual, para atendimento direto de suas necessidades, mesmo que sob a supervisão da empresa prestadora. A atividade é executada em benefício da contratante.

b) Execução do serviço nas dependências da contratante ou de terceiros por ela indicados:

Os trabalhadores executam os serviços no local definido pela contratante, que pode não ser sua sede, desde que o local não pertença à empresa prestadora. Isso caracteriza a presença física e funcional dos trabalhadores na estrutura da contratante.

c) Prestação de serviços contínuos:

Serviços que se repetem periodicamente ou sistematicamente, ainda que realizados por diferentes trabalhadores ou de forma intermitente, desde que representem uma necessidade permanente da contratante.

Portanto, o objeto da Concorrência nº 02/2025 se configura como cessão de mão de obra.

2. Empresas optantes pelo Simples Nacional

Nos termos do art. 166 da IN RFB nº 2.110/2022, reproduzido abaixo:

"As microempresas e empresas de pequeno porte tributadas na forma do Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006, estão sujeitas à retenção da contribuição social previdenciária incidente sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços executados mediante cessão de mão de obra ou empreitada."

Portanto, a empresa optante pelo Simples Nacional não está isenta da retenção de INSS sobre os serviços prestados mediante cessão de mão de obra. Nesses casos, aplica-se a retenção de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura, conforme previsto na legislação previdenciária.

Dessa forma, a cláusula do edital que prevê a retenção de INSS não impede a participação de empresas do Simples Nacional, as quais, contudo, devem estar cientes de que estarão sujeitas à retenção previdenciária, caso se configure a hipótese legal de cessão de mão de obra.

3. Conformidade com o TCU

Ressalta-se que o presente edital segue as instruções recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com vistas a garantir a legalidade, a segurança jurídica e a estrita observância às normas fiscais e previdenciárias aplicáveis à contratação pública.

É o pronunciamento técnico.

Diante do exposto, com fulcro no art. 168 e parágrafo único da Lei 14.133/21, opinamos pelo indeferimento da impugnação anexada no evento



#1, considerando a ausência de personalidade jurídica – prejudicial de mérito, considerando a baixa do CNPJ da mesma, bem como a ausência de atos constitutivos e dos documentos de representação e pessoais do suposto representante legal – administrador, considerando, ainda, que as respostas dos Setores Técnicos de Engenharia e de Contabilidade, conforme respostas informadas e anexadas nos eventos #3 e #7 dos presentes autos, que esclarecem a regularidade dos pontos que foram objeto de impugnação.

À Agente de Contratação.

São José do Vale do Rio Preto, 22 de maio de 2025.

ELISANGELA ALVES RODRIGUES

Procuradora Geral do Município

OAB/RJ 185.996

VICTOR HUGO LAGRECA CASAMASSO

Advogado do Município

OAB/RJ 88801 e Mat. 1481





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

564533F86C1748708A75A5F70CBEA634

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/564533F86C1748708A75A5F70CBEA634>